

A Centelha

REVISTA DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO - CIT EM PORTUGAL

N.8 MAR / ABR '17 preço 1.00 Solidariedade 2.00

ORGANIZAR E MOBILIZAR

IGUALDADE SALARIAL

DIREITOS
REPRODUTIVOS

CONTRA A
VIOLÊNCIA MACHISTA



O COMBATE À
EXTREMA-DIREITA P8

UMA NOVA LEI DA
NACIONALIDADE P8

ALEXANDRA
KOLLONTAI P8

LUTAR PELOS TRABALHADORES

A Dívida não é dos trabalhadores, suspensão imediata do pagamento da dívida. Reembolso, mediante prova, dos pequenos aforradores e anulação dos títulos dos especuladores.

Nenhum sacrifício pelo euro. Anulação de todas as medidas de austeridade desde o 1º Plano de Estabilidade e Crescimento de 2010.

Fim do segredo comercial, temos o direito de saber para onde vai a riqueza produzida, divulgação pública de todos os livros de contas das empresas públicas e privadas.

Fim do sigilo bancário e fiscal para todas as empresas e para os ricos. Transparência total em todas as actividades financeiras e comerciais, em especial dos grandes grupos económicos. Fim dos offshores.

A riqueza da sociedade pertence a quem produz. Nacionalização, sob controlo dos trabalhadores e utentes, dos sectores chave da economia (água, energia, saúde, educação, transportes, comunicações, banca, seguros).

Não à privatização da Saúde, Educação e Segurança Social. O Estado Social pertence a quem trabalha e deve estar ao serviço do povo trabalhador. Criação de um plano de investimento público de reconstrução dos serviços públicos e de produção social e ambientalmente útil.

Aumento imediato do salário mínimo para os 900€, e a sua indexação à inflação e produtividade, para as grandes empresas e aumento progressivo para pequenas e médias. Aumento imediato das reformas e pensões mínimas para esse valor.

Redução da semana de trabalho para as 30 horas sem perdas salariais. Dividir o trabalho disponível pelos trabalhadores disponíveis com a elaboração de um plano de pleno emprego digno, social e ambientalmente útil.

A habitação é um direito fundamental, não pode ser um negócio. Parar todos os despejos, anulação da nova lei de arrendamento. Nacionalização das grandes empresas imobiliárias e criação de um plano de habitação digna e universal, com rendas adequadas ao nível de rendimento de cada agregado familiar.

Repor todos os cortes na Educação, dotar 10% do Orçamento para a Educação. Passe gratuito para todos os estudantes até aos 25 anos, aumento das bolsas de acção social e fim das propinas. Fim ao RJIES e a Bolonha. Apoiar a livre associação cultural, política e desportiva dos jovens através da construção de infraestruturas e espaços a nível local.

Acabar com a brutalidade policial e com o racismo institucional do sistema criminal, investir em reabilitação, formação profissional e emprego digno, não em prisões. Legalização total e direitos iguais para todos os trabalhadores imigrantes.

QUEBRAR O BIPARTIDARISMO DO CAPITAL

Por uma Frente Unida entre PCP, BE, esquerda extra-parlamentar, Sindicatos e movimentos sociais que construa pela base uma real alternativa social e política à alternância do Capital entre PS e PSD-CDS.

Por um programa Socialista que realmente responda à crise. O capitalismo não tem soluções. Por um plano económico democrático baseado nos interesses da vasta maioria e do ambiente. Defender a Democracia Socialista contra a Ditadura dos Mercados.

SOCIALISMO E INTERNACIONALISMO

O Capitalismo produz pobreza, desigualdade, destruição ambiental e guerra. Precisamos de uma luta internacional contra este sistema.

Solidariedade com as lutas dos trabalhadores e oprimidos internacionalmente – uma agressão a um é uma agressão a todos. Contra a UE dos patrões e especuladores, por uma Europa dos trabalhadores, livre e socialista.

Defender sempre uma posição independente da classe trabalhadora nos conflitos imperialistas e neocoloniais.

O QUE É O COMITÉ POR UMA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES?

O CIT é uma organização comunista internacional presente em mais de 50 países e todos os continentes.

Lutamos pelo fim da exploração capitalista que produz a miséria da maioria e a opulência da minoria, enquanto gera uma catástrofe ambiental. Queremos a planificação racional e ecológica da economia mundial sob o controlo democrático de todos os trabalhadores — o Socialismo.

Se deseja assinar A Centelha, envie o seu contacto e faça o pedido para o nosso email

socialismohoje.wordpress.com
socialismo.revolucionario.cit@gmail.com
96 959 02 08



A IMPORTÂNCIA DE VOLTAR ÀS RUAS

Editorial

Fazendo o balanço do primeiro ano da Geringonça, o Partido Socialista (PS) apresenta-nos, aparentemente, a prova irrefutável do seu sucesso governativo: a redução do défice orçamental para 2,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Isto, diz-nos, enquanto avança com uma política de recuperação de rendimentos para as famílias trabalhadoras, reclamando-se assim de ser a ‘alternativa’ que a Europa precisa.

A verdade é que esta narrativa não é mais que uma miragem. A redução do défice orçamental, não se fazendo através da redução de despesa da Dívida, que não pára de aumentar, ou da reclamação dos impostos devidos ao Capital, só se poderia fazer à custa dos trabalhadores. O último estudo do economista Eugénio Rosa vem demonstrar isso mesmo, que a redução do défice em 2016 fez-se à custa da Segurança Social, da Administração Local, de um corte drástico no Investimento Público e na contenção de despesas com o Serviço Nacional de Saúde.

Para os trabalhadores em Portugal, em particular para a nova geração de precários, 2016 não foi um ano de recuperação. O insuficiente aumento do Salário Mínimo Nacional e das pensões mais baixas, bem como o congelamento das propinas máximas no Ensino Superior, são gotas num oceano de crescente precariedade, aumento exponencial das rendas e continuada degradação dos serviços públicos (Educação, Saúde, Transportes), dos quais estamos absolutamente dependentes. Acompanhando esta falsa narrativa vem sempre o espectro do regresso de Belzebu, o governo PSD-CDS que, como única “alternativa” à Geringonça, deitará por terra todas as suas “conquistas”.

É neste teatro institucional que as actuais lideranças da esquerda se deixaram prender. Trocaram as ruas pelo palco das instituições do sistema, retiraram os trabalhadores de cena e, no entanto, tudo se con-

tinua a decidir nos bastidores. O combate à precariedade no Estado é bloqueado pela sua burocracia, na mão dos *boys* do bipartidarismo, enquanto no privado a ausência de resistência de massas lhe abre completamente o caminho. A degradação e privatização dos serviços públicos continua de forma encapotada. Depois de, no final de 2016, se ter transformado a Universidade Nova de Lisboa numa Fundação de Direito privado, dominada pelo capital financeiro, segue-se agora o ataque à Universidade de Coimbra. Na saúde, a contínua degradação justifica cada vez mais parcerias com privados que colocam sempre os seus lucros à frente das nossas vidas. Por fim, o sistema de transportes públicos, infestado de ‘supressões’ e ‘perturbações’, é encaminhado para a privatização total enquanto a Autoridade dos Transportes não lhe vê “*insuficiências relevantes*”.

DESMOBILIZAÇÃO E BLOQUEIO INSTITUCIONAL

A desmobilização coloca a esquerda parlamentar como bengala desta política, dá-lhe folgo, prolonga a sua “lua-de-mel”. Afinal, a memória da PàF ainda está bem viva nas fileiras da classe trabalhadora. No entanto, como não se cansam de dizer, “mais é necessário”; e nós acrescentamos, *mais é possível e urgente*.

No final de 2016 Mariana Mortágua dizia, em entrevista ao *Observador*: “*O que há é uma análise das relações de força em cada momento, e de quanto é que se consegue avançar de acordo com a relação de forças. E a relação de forças agora é mais favorável do que nunca*” (ênfase nossa).

No entanto, sem mobilização, esta nova relação de forças surgida das eleições legislativas, mais não consegue que umas parcelas migalhas que deixam todas as questões centrais por resolver. É como se as nossas direcções, quando chamadas à batalha, escolhessem enfiar a cabeça na areia à espera que a tempestade passe. Mas a tempestade está ainda por vir. Uma nova crise está a

ser preparada nos balanços trimestrais do Deutsche Bank. Quando essa hora chegar, a classe dominante irá repetir a política do passado, *i.e.*, passar os custos da sua crise para os trabalhadores e juventude. Nessa hora, a desmobilização sairá cara.

Os sinais são já visíveis. Neste último ano, sondagem atrás de sondagem, mostram uma transferência de votos do BE e da CDU para o PS. As ilusões no ‘malmenor’ crescem precisamente no momento em que deviam estar a ser paulatinamente destruídas pela luta. Mas perdemos mais do que votos: as nossas organizações fragilizam-se. A queda da taxa de sindicalização arrasta a CGTP para uma crise gravíssima, e os milhares que se dirigem ao Bloco de Esquerda em busca de organização esbarram no muro da paz social e da falta de estruturas.

A URGÊNCIA DE VOLTAR ÀS RUAS

Dissemo-lo antes, a nova composição da Assembleia da República e, principalmente, o que ela representa em termos sociais numa viragem à esquerda de largas camadas do povo trabalhador, constitui uma oportunidade de ouro para todos os que lutam contra a austeridade e por uma alternativa socialista, mas só a mobilização mais decidida a pode materializar.

Uma Frente Unida de todos os trabalhadores e jovens, mobilizados a partir dos seus locais de trabalho e estudo, armados de estruturas democráticas e de um programa 100% anti-austeridade, pode materializar a “nova relação de forças” para fazer o que “é necessário”. Ao invés de se perderem em lutas parlamentares estéreis, os 36 deputados do BE e da CDU deviam usar as suas posições como tribunas para a mobilização. Esta luta deve apontar não para a gestão do capitalismo podre, mas para uma alternativa socialista, baseada nas necessidades da humanidade e do planeta.

Como dizia Lenin “*As reformas só surgem como subproduto da luta revolucionária*”.

PRECARIEDADE NEM NO ESTADO! NEM NO PRIVADO!

Bruno Penha

Posto de forma simples, um trabalhador precário é aquele que presta serviços de cariz regular sem qualquer tipo de protecção laboral. Este trabalhador chega a ter as mesmas tarefas e obrigações de colegas a contrato, mas sem nenhum dos seus direitos. Este trabalhador pode ser despedido sem indemnização, não tem direito a uma licença de maternidade ou paternidade, não tem direito a seguro contra acidentes de trabalho e não tem direito a férias nem aos subsídios de férias, natal ou alimentação. Alguns não descontam para a Segurança Social e portanto nem direito têm a rendimentos em situação de desemprego. E, como se não bastasse, estes trabalhos são muitas vezes extenuantes e muitíssimo mal pagos.

O REMÉDIO NEOLIBERAL

Por todo o mundo, estas condições de trabalho degradantes têm avançado à boleia de políticas neoliberais que defendem a “competitividade” e a “flexibilidade” das empresas. Em Portugal a precarização começou pouco depois de 1974 com a introdução dos contratos a termo e generalizou-se com o surgimento dos recibos verdes perto do final da década de 1980. Mais recentemente, a crise de 2007-2008 foi usada como pretexto pelas entidades patronais para promover este tipo de precarização: dois anos depois existiam já 266 empresas de trabalho precário que empregavam perto de 280 mil trabalhadores. A precariedade foi então descaradamente fomentada pelo governo em 2011, então coligação PSD/CDS, após ter aceite as imposições de reestruturação do Orçamento do Estado pela Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário In-

ternacional, comumente conhecidos por troika, aquando do seu empréstimo ao Estado Português no valor de 78 mil milhões de euros. Ansioso por cortar custos, o governo desmantelou os serviços sociais públicos: reduziu reformas, cortou salários e despediu trabalhadores, favorecendo a sua “contratação” sob várias formas de precariedade. Os Contratos de Emprego-Inserção (CEI) foram uma dessas formas, não fazendo mais do que pôr desempregados beneficiários de subsídio de desemprego ou de subsídio social de desemprego a trabalhar para o Estado ou empresas privadas a um custo muito baixo.

Alguns dos resultados destas medidas podem ser consultados em dois recentes relatórios, um da Organização para a Co-Operação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e o outro encomendado pelo actual governo com o objectivo de descortinar quantos trabalhadores da Administração Pública e do Setor Empresarial do Estado se encontram em situação de precariedade, possivelmente no sentido de reverter ou minimizar o dano causado pelas políticas anteriormente descritas. De acordo com o relatório da OCDE, $\frac{2}{3}$ dos jovens em Portugal são precários, enquanto $\frac{1}{3}$ dos portugueses com menos de 24 anos e $\frac{1}{4}$ daqueles com menos de 30 anos estão desempregados. Já o relatório do governo revela que o Estado tem a trabalhar na administração pública cerca de 100 mil trabalhadores em situação precária entre contratos de trabalho a termo resolutivo - vulgo contrato a prazo - (62 655), CEI (14 766), estágios remunerados (1 842), bolsas de investigação (3 662) e contratos de prestação de serviços - vulgo recibos verdes - (15 339). Este relatório deixa portanto de fora os trabalhadores precários mediados por empresas de tra-

balho temporário e de falso outsourcing, como acontece por exemplo com os 180 trabalhadores precários do Centro Hospitalar do Oeste - acabando por custar mais ao Estado nesta circunstância de precariedade do que se a este estivessem vinculados com contratos.

Estes relatórios põem preto no branco aquilo que já era óbvio para muitos trabalhadores: que a precariedade é um problema sistémico da sociedade capitalista e que soluções têm de ser implementadas urgentemente. Impõe-se a pergunta: quantos destes trabalhadores não estão a falsos recibos verdes e deveriam portanto ser contratados pelo Estado? É imperativo acabar com todas as empresas de trabalho temporário e legalizar os trabalhadores! É preciso defender o fim da norma da caducidade na contratação colectiva para que esta situação se corrija rapidamente!

ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES CONTRA A PRECARIEDADE

É igualmente óbvio que não podemos esperar que estas soluções provenham de um governo comprometido com os patrões como o actual, cujas medidas que tem vindo a apresentar contra a precariedade são deficientes ou mesmo contraproducentes. Um exemplo flagrante, que consta dos orçamentos de estado de 2016 e 2017, é a regra das duas saídas de funcionários públicos por cada entrada, imposta pela União Europeia e acatada pelo governo, segundo o qual representa uma redução de 10.000 trabalhadores efectivos por ano, o que pode obrigar a recorrer à contratação de precários. Um outro exemplo é o decreto-lei 57/2016, que se limita a substituir bolsas precárias por contratos precários e que apenas inclui 601 bolseiros dos 3662 a trabalhar para o Estado que com a troca podem chegar a perder 53% do seu rendimento. Apenas as lutas dos movimentos sociais e sindicais têm o poder de contrariar estas medidas e devem ser apoiadas e ampliadas pela esquerda parlamentar.

É de louvar a resposta dos trabalhadores, que se têm organizado de maneira a criar novos movimentos sociais para o efeito. Por exemplo, a Rede Investigadores contra a

Precariedade Científica, criada em Maio de 2016, ajudou a levar o decreto-lei 57/2016 a discussão ao parlamento para ser reavaliada. A Associação de Combate à Precariedade – Precários Inflexíveis tem feito um trabalho importante principalmente ao ajudar a organizar os trabalhadores precários, mas também ao organizar espaços de debate, reuniões com partidos, campanhas como a Precários do Estado e até programas para combater a precariedade.

Também o movimento sindical tem conseguido vitórias contra a precariedade. Talvez o melhor exemplo de uma grande conquista tenha sido a abolição da Porlis, empresa de trabalho precário que sub-contratava vários estivadores do Porto de Lisboa, e a sua passagem a contrato, graças à luta do Sindicato dos Estivadores. Esta luta, travada há já vários anos, foi marcada por grandes greves que contaram com o apoio nacional de várias outras organizações, incluindo o Socialismo Revolucionário (ver Centelha nº 5, Jul/Ago 2016), e articulada internacionalmente através do IDC (Conselho Internacional de Estivadores).

O combate à precariedade passa também

pela reivindicação de um salário mínimo nacional (SMN) digno. Desde 1974 que existe uma discrepância entre o aumento da inflação e produtividade por um lado e o aumento do SMN por outro, exacerbada durante o período entre 2011 e 2014 em que esteve congelado. Segundo José Soeiro, deputado do BE, se tudo isto fosse tido em conta, o SMN seria hoje de 900€. Rita Rato, deputada do PCP, vai ainda mais longe e afirma que rondaria os 1200€. É incompreensível então que o governo e parceiros sociais acordem entre si em concertação social um SMN que é menos de metade disso! A esquerda parlamentar tem o dever para com os trabalhadores de ser mais assertiva em exigir reposições de salários. O Socialismo Revolucionário defende um aumento imediato do SMN para os 900€ e a sua indexação à inflação e produtividade.

No que toca ao combate à precariedade, é contraproducente usar a Taxa Social Única (TSU) como moeda de troca pelo aumento do SMN. A TSU é também salário dos trabalhadores, destinada a sustentar a Segurança Social. Boa parte dos trabalhadores que recebem o SMN são precisamente “em-

pregados” pelas empresas de trabalho temporário. Há que acabar com estas empresas e fazer com que sejam os patrões a comportar os custos do aumento do SMN e não os trabalhadores! É urgente que haja um aumento real dos salários para todos os trabalhadores.

Apelamos a que hoje, mais do que nunca, todos os trabalhadores se unam na luta pelos direitos dos seus colegas precários. A integração dos trabalhadores precários é não apenas uma medida da mais elementar justiça, como é também uma forma de reforçar a união da classe e aumentar o poder reivindicativo dos trabalhadores para futuras batalhas contra o patronato. É, por isso, necessária uma frente unida contra a precariedade, que abrace campanhas como aquela que o BE está a desenvolver de integração dos precários do Estado, mas que alargue esse objectivo ao sector privado, onde o flagelo é ainda maior. A esquerda, os sindicatos e os movimentos sociais, unidos e organizados nas ruas e locais de trabalho, conseguiriam vitórias muito superiores do que as obtidas actualmente, pressionando apenas pela via parlamentar.



Manifestação da “Geração à Rasca”, 11 de Março de 2011, foto retirada de www.precarios.net

O COMBATE À EXTREMA-DIREITA HOJE

David Parkins, capa da revista *The Economist* de 12/12/2015

João Gorizia

Com anos volvidos sobre a vitória da Revolução Socialista na Rússia, o estado de desorganização e despolitização da classe trabalhadora a nível mundial é, ainda, um factor preponderante na situação actual. Com as direcções de esquerda incapazes de apresentar uma alternativa credível à maioria dos trabalhadores e oprimidos e, nalguns países, sem existir sequer uma liderança de esquerda, o vazio foi preenchido por partidos e figuras populistas de direita e extrema-direita, que se apresentam como anti-sistema, mas que continuam a representar os interesses capitalistas na sociedade.

A crise capitalista mundial abriu um período de profunda transformação económica, social e, obviamente, política. Esta transformação política não se deu imediatamente durante os anos mais agudos da crise das dívidas soberanas, mas uns anos mais tarde. A crise do bipartidarismo capitalista, iniciando-se na Grécia com o quase desa-

parecimento do Pasok (PS grego), que abriu caminho ao crescimento e vitória eleitoral do Syriza; teve uma nova expressão no Estado Espanhol, com o impasse para formar governo durante quase um ano, obrigando à capitulação da burocracia do PSOE; e manifestou-se parcialmente em dois fenómenos de massas: Corbyn no Reino Unido e Sanders nos EUA.

No entanto, as manifestações desta crise não ocorreram apenas à esquerda. Na verdade, elas foram bastante mais numerosas e mais consequentes no campo da direita populista e nacionalista. Desde a Escandinávia à Itália, não esquecendo a Hungria de Jobbik, a quase vitória de Hofer na Áustria ou o Governo ucraniano com elementos neonazis, a crise do bipartidarismo abriu caminho à chegada ao poder de forças xenófobas, racistas, sexistas e nacionalistas. A “coroação” deste processo, do qual ainda não vimos o fim, foi a eleição de Donald Trump para a Presidência da principal potência imperialista mundial, os EUA. Trump foi eleito com uma retórica de campanha inundada de

episódios de discriminação, de sexismo, de insulto a minorias étnicas e os primeiros meses da sua Presidência mostraram que ele e o seu gabinete estão comprometidos em fazer regredir os direitos reprodutivos das mulheres, dos trabalhadores, dos imigrantes e dos vários grupos étnicos nos EUA, dê por onde der.

UM CASO PARADIGMÁTICO

Para compreender melhor este fenómeno, pode-se olhar, por exemplo, para França. Este país de fortes tradições progressistas tem, neste momento, Marine Le Pen, uma nacionalista, como candidata a Presidente com maiores intenções de voto na primeira volta. O seu partido, a Frente Nacional, tem vindo a crescer nos últimos anos sobre os escombros do Partido Comunista Francês (PCF), um dos primeiros a abraçar a doutrina do eurocomunismo e a abandonar a perspectiva da revolução socialista. Ao falhar na organização dos trabalhadores na luta por melhores condições de vida, o PCF

deixou de representar a classe e foi progressivamente perdendo eleitorado e militância. Ao nunca ter debatido e propagandeado uma explicação internacionalista e sistémica para os problemas que afectam as classes mais baixas na sociedade, preparou o caminho para uma Frente Nacional “preocupada” com os empregos dos franceses e que se apresenta como novidade face aos partidos capitalistas tradicionais.

Também em Itália, o movimento populista Cinco Estrelas percorre as mesmas linhas, aproveitando-se da crise dos refugiados, que pressiona as já frágeis infraestruturas italianas e europeias, apoiando-se numa retórica racista para ganhar eleitorado. Também nesta matéria a esquerda se apartou – ou foi incapaz – de desmascarar a retórica nacionalista que tantos políticos capitalistas – alguns considerados de “esquerda” – utilizaram contra os refugiados. Em vez de ligarem a crise capitalista, a austeridade e a guerra, à situação dos refugiados e dos seus interesses comuns com os trabalhadores europeus, embarcaram numa retórica de apelo aos direitos humanos em sentido abstracto. Não podiam estar mais longe dos sentimentos e necessidades da classe trabalhadora nos países de acolhimento e passagem dos refugiados.

UMA ESQUERDA ENVERGONHADA

Perante este perigoso ascenso da extrema-direita, que fazem as lideranças da esquerda reformista? Infelizmente, a reacção mais comum tem sido esconderem-se nas saias da ex-social-democracia, procurando alianças inter-classistas para fazer face à ameaça “fascista” iminente. Vemos isso no apoio de Sanders e de alguma esquerda portuguesa à candidatura de Hillary Clinton, vemos isso agora com os apelos à aproximação entre Mélenchon e Hamon (ex-ministro do Governo PS de Hollande) para as presidenciais francesas e vemos, em grau menor, na Geringonça. E é esta cedência da esquerda a políticos capitalistas vistos como moderados que, em última análise, enfraquece essa mesma esquerda e fortalece a extrema-direita.

Sem programa para representar os interesses da classe trabalhadora, as direcções

reformistas estão condenadas a desempenhar sempre um papel de bloqueio. Por isso é necessário que os militantes revolucionários e o movimento dos trabalhadores no geral tomem em suas mãos a luta contra a ameaça populista de direita, em particular as mulheres, que são as mais afectadas pelo conservadorismo presente neste tipo de movimentos.

A extrema-direita não oferece nenhuma alternativa real aos trabalhadores e o papel da esquerda deve ser, por um lado, desmascarar sistematicamente as suas propostas populistas e, por outro, organizar os trabalhadores para lutarem por melhores condições de vida e despoletar situações em que a direita nacionalista seja obrigada a ficar do lado dos patrões, pois são esses interesses que ela verdadeiramente defende.

E A AMEAÇA FASCISTA?

A utilização do termo fascista não é totalmente inocente e é necessária para prosseguir uma abordagem de Frente Popular. As chamadas “Frentes Populares” foram uma política de alianças inter-classistas da esquerda com os partidos pró-capitalistas tradicionais, constituídas após a subida ao poder de Hitler. Apesar da História ter desmentido a sua eficácia, assistimos a um ressurgimento das mesmas, mas de uma forma deturpada.

Sumariamente, o fascismo desenvolveu-se no período de instabilidade política e económica aberto na Europa após a Primeira Guerra Mundial, sobretudo nos países derrotados na guerra. Bandos paramilitares nacionalistas foram utilizados pelos Estados para responder ao movimento revolucionário da classe trabalhadora, que ganhou ímpeto acrescido com a Revolução socialista de 1917. Estes bandos, com apoio da burguesia, eventualmente tornaram-se nos vários partidos fascistas que subiram ao Poder anos mais tarde. A sua agitação assentava na crítica populista à corrupção dos políticos, na culpabilização das etnias e das organizações de trabalhadores e numa exaltação da Pátria. Firmados socialmente na pequena-burguesia, os partidos fascistas assumiram então o papel de braço armado da reacção contra a esquerda, eliminando fisicamente

sindicalistas e dirigentes de esquerda.

Hoje em dia, quer a Frente Nacional (FN) quer Trump, apresentam características comuns aos partidos fascistas do séc. XX: a retórica nacionalista e conservadora, a xenofobia, a crítica populista da corrupção e o facto de se apresentarem como “alternativas” ao sistema. No entanto, nenhum destes exemplos tem bases sociais realmente mobilizáveis - a FN, por exº, tem assistido à saída do partido de vários vereadores eleitos nas últimas autárquicas. Sobretudo, a FN foi forçada a atenuar o discurso, por forma a tornar-se mais “elegível” para os trabalhadores e classes médias que rejeitam forças abertamente fascistas. Exemplos de organizações realmente fascistas hoje podem ser vistas na Aurora Dourada (Grécia), Jobbik (Hungria) ou na Ucrânia, onde forças paramilitares fascistas conseguiram algum poder ao participarem no golpe de Estado de 2014. Mas mesmo a sua existência não significa, para já, a derrota do movimento dos trabalhadores.

ASSUMIR UMA POSIÇÃO DE CLASSE

Estas nuances são importantes porque mostram que o movimento dos trabalhadores está longe de estar derrotado e que a esquerda deve confiar nas forças da classe trabalhadora para apresentar e lutar por uma alternativa ao capitalismo. Apesar das vitórias eleitorais de forças nacionalistas um pouco por todo o Mundo, estas deveram-se mais à falta de alternativa à esquerda do que a uma viragem da maioria da população à direita. Porque onde existe essa alternativa - Grécia, Estado Espanhol, Irlanda, entre outros - os trabalhadores e a juventude têm respondido afirmativamente ao seu apelo.

Em conclusão, é necessária uma análise séria da situação actual, a partir da qual se possam retirar lições úteis ao movimento, e não um alarmismo catastrofista que apenas semeia o derrotismo e a capitulação aos interesses da burguesia. Os marxistas não podem abandonar uma posição independente de classe, a única que representa inteiramente os interesses dos trabalhadores e explorados.



LEI DA NACIONALIDADE: UMA ANÁLISE MARXISTA

Jonas Van Vossole

No dia 2 de Fevereiro, foram apresentadas no parlamento duas propostas de alteração da lei da nacionalidade. Uma do PSD e uma do Bloco de Esquerda. A proposta do PSD procurava dar a nacionalidade portuguesa a netos de emigrantes portugueses, mesmo que não falassem a língua, trabalhassem ou residissem em Portugal. Esta proposta segue, e visa ampliar, a chamada lógica do antigo *Jus Sanguinis*, ou direito de sangue, que determina que a nacionalidade de uma pessoa depende dos seus antepassados e laços familiares. Já a proposta do BE visava ampliar a *Jus Solis*, dando a nacionalidade a todos aqueles que nascem em Portugal.

JUS SANGUINIS VS JUS SOLIS

A origem da discussão sobre a nacionalidade vem do desenvolvimento do Estado nacional. O Estado nacional moderno de-

envolve-se com a ascensão da burguesia e do capitalismo como modo de produção predominante. O capitalismo precisava de criar um mercado e para tal precisava de acabar com as barreiras impostas pelo feudalismo como a divisão geográfica em feudos descontinuados com portagens, as barreiras linguísticas e o obscurantismo religioso.

Na maioria dos países europeus este processo ocorre no século XIX. Este Estado é governado pela lei burguesa, que determina o indivíduo — o cidadão — como sujeito jurídico, que tem um estatuto de igualdade individual perante a lei. Internamente, vários factores delimitavam os direitos deste cidadão: nomeadamente a questão de género e de propriedade. No século XIX por exemplo, era comum que mulheres e trabalhadores por conta de outrem não pudessem votar — considerava-se a sua dependência um impedimento à acção como cidadão livre e racional. Externamente, a cidadania burguesa é delimitada pela nacionalidade.

Duas componentes ideológicas acom-

panham as revoluções liberais e o processo de estabelecimento do Estado burguês: o nacionalismo e o republicanismo. O primeiro visa legitimar a unidade da nação na base da história e do mito. O segundo visa legitimar o Estado moderno pela participação política do cidadão. Na primeira componente está baseado o princípio de *Jus Sanguinis*. Este princípio de direito é uma forma de reacção feudal: os direitos de uma pessoa, o seu estatuto e a até a sua actividade profissional dependiam da sua família. O princípio de *Jus Solis* por outro lado provém de uma lógica republicana: o direito à cidadania aplica-se aos sujeitos no solo onde o direito se aplica.

A proposta do BE visa ampliar a nacionalidade com base neste princípio. Dessa maneira quis dar uma resposta a um recorrente problema de muitos filhos de imigrantes em Portugal. Muitos desses imigrantes estão numa posição de chamada “ilegalidade” porque a UE tem leis muito restritas quanto à migração de pessoas que não sejam

cidadãos da UE. Estas leis têm um carácter de classe muito claro. Existem duas bases para um cidadão não-Europeu requerer o direito de residência: uma pela posse de capital, a outra pelo trabalho.

CAPITAL E TRABALHO

A via do capital é fácil; basta “investir” entre meio milhão e um milhão de euros para receber um “visto gold” — por exemplo comprando um imóvel. Esta via de requerer a nacionalidade é cada vez mais popular, e não só em Portugal. A via do trabalho é muito mais restrita. Quem quer pedir a residência em Portugal precisa de ter a garantia prévia de um trabalho altamente qualificado: isto quer dizer que tem de estar a fazer uma investigação académica a nível de doutoramento ou superior, ou que a empresa que o contrata precisa de comprovar que nenhum cidadão Português ou Europeu

seguiu uma maioria durante a votação no parlamento nacional. O PS votou contra e, na explicação de voto, juntou-se ao xenófobo CDS que denominou a proposta do BE como “um convite à imigração ilegal e clandestina”. Mais surpreendente foi a acção do PCP — que se juntou à oposição ao alargamento do princípio de *Jus Solis* —, principalmente porque no passado o partido tinha apoiado este princípio.

Felizmente o PCP corrigiu parcialmente a sua posição, com a proposta no dia 3 de Março que visa “regularizar estrangeiros ilegais que cá trabalham ou vivem desde antes de 2015” e dar a nacionalidade portuguesa a filhos de estrangeiros residentes no país. Esta proposta, respondendo a muitos casos práticos de pessoas que vivem e trabalham em Portugal, não dá resposta àqueles que não conseguem trabalho, nem àqueles que vieram depois de 2015. Também não dá uma resposta fundamental sobre a abordagem da

fronteiras, já que a classe trabalhadora não tem pátria.

Esta posição não costuma ter em conta nem as origens fundamentais das migrações, nem os efeitos que isto teria sobre as condições salariais dos trabalhadores em geral. Ela aborda a migração como uma liberdade individual a celebrar, fora das dinâmicas capitalistas que estão por trás dos processos migratórios. Nesse contexto, a migração é uma solução individual para um problema global, que tem de ser tratado como tal.

Além disto, a total liberdade de circulação do trabalho, num contexto de livre mercado, seria desastrosa para os trabalhadores no país receptor. Uma abordagem de marxista, defende que dentro do quadro capitalista não há uma saída emancipatória a não ser que esta seja abordada com uma perspectiva de classe. Sem questionar o próprio capitalismo, a restrição da lei da nacionalidade é social-chauvinista, no sentido em que

“ O direito à nacionalidade só pode ser visto em conjunto com a defesa dos direitos sociais, dos salários e com a transformação da sociedade em geral.

pode executar tal tarefa. É claro que a maioria das pessoas que migram para Portugal e Europa não têm estas possibilidades. Quem sai do seu país porque não tem trabalho, vive em circunstâncias miseráveis ou foge da fome, está condenado à ilegalidade quando vier viver para Portugal. Muitos destes imigrantes vivem há décadas cá, condenados ao trabalho informal sem direitos básicos, muitas vezes super-explorados. Como os pais não têm nacionalidade portuguesa, os seus filhos que nascem e crescem em Portugal, também não a têm — e estão condenados à miséria dos seus pais. A isto, a proposta do BE visava dar uma resposta, alargando o princípio de *Jus Solis*: cada criança que nasce em Portugal deve ter direito à nacionalidade Portuguesa.

A ESQUERDA E A NACIONALIDADE - PARA ALÉM DO JUS SOLIS

No entanto, a proposta do BE não con-

nacionalidade.

O caso do PCP reflecte a relação difícil que grande parte da esquerda tem com a abordagem socialista da questão nacional burguesa.

É crucial manter uma perspectiva de classe nesta abordagem. Caso contrário entra-se facilmente numa lógica social-chauvinista. Neste caso, uma abordagem social-chauvinista, seria a defesa de direitos sociais sob a restrição da nacionalidade e dos direitos de cidadania. Ou seja, a nacionalidade seria defendida como um “privilégio” social numa aristocracia proletária em troca de defender “os interesses da nação” — o Estado burguês. Tal como no seu posicionamento em relação à defesa da produção nacional e do governo “patriótico e de esquerda”, o PCP tende a defender um posicionamento social-chauvinista nesta questão. A posição oposta, de negação da lei da nacionalidade, negando a própria nacionalidade, passa pela defesa unilateral da abertura de todas as

defende os direitos dum minoria da classe trabalhadora dum ponto de vista internacional. Sem questionar o próprio capitalismo, a abertura da lei da nacionalidade é liberal; no sentido em que ataca os direitos do trabalho em geral.

O direito à nacionalidade só pode ser visto em conjunto com a defesa dos direitos sociais, dos salários e com a transformação da sociedade em geral. O *Jus Solis*, que aborda a nacionalidade dum perspectiva republicana e liberal, baseada no direito e na participação política e social dos afectados, é um ponto de partida. No entanto, não dá uma resposta coletiva ao problema da migração. A nacionalidade como conceito de direitos sociais, mesmo a republicana, democrática e socialista, está baseada no direito burguês, tratando o sujeito como indivíduo. Ela só será superada com o próprio desaparecimento do Estado como tal, porque com o seu desaparecimento também desaparecerá a ideologia nacional que o legitima e delimita.

ALEXANDRA KOLLONTAI E A LUTA DA MULHER TRABALHADORA

Minerva

Alexandra Kollontai foi uma das teóricas mais relevantes para a produção científica sobre o papel das mulheres na sociedade capitalista e para a transformação económica, política, cultural e moral do actual sistema. Mas foi também uma das principais intervenientes da concretização dessa transformação na Rússia revolucionária do início do século XX, nas revoluções de 1905 e 1917.

Como Kollontai e inúmeros outros autores marxistas que abordaram, na teoria e na prática, a questão das mulheres, o Socialismo Revolucionário e o Comité por uma Internacional dos Trabalhadores afirmam a necessidade de superar o modo de produção e organização capitalistas para alcançar a real emancipação da maioria das mulheres — maioria essa que é, para além de mulher, mulher trabalhadora.

Rejeitamos, dessa forma, perspectivas liberais do feminismo que opõem os interesses dos indivíduos segundo o seu género, e que contribuem assim para a divisão entre mulheres e homens trabalhadores; que reivindicam mudanças meramente superficiais no comportamento individual de cada um sem agirem sobre as suas raízes estruturais económicas; que se focam em questões de representatividade nos meios de comunicação e em cargos de direcção política e empresarial, ignorando a contribuição desses indivíduos na exploração e opressão da generalidade da população, independentemente do seu género.

Somente a união solidária entre mulheres e homens trabalhadores, numa luta contra os patrões e o capital, é capaz de construir uma sociedade socialista em que as conquistas democráticas poderão ser usufruídas por toda a humanidade, em que as raízes e obstáculos económicos de todas as formas actuais de opressão serão eliminadas.

OS INTERESSES DAS MULHERES TRABALHADORAS



Alexandra Kollontai, marxista revolucionária, foto tirada entre 1900 e 1902

Alexandra Kollontai nasce em 1872, no seio de uma família burguesa abastada. Como a maioria das mulheres envolvidas nos partidos clandestinos na viragem para o séc. XX na Rússia, Kollontai não provinha de uma família operária ou camponesa. No entanto, teve um papel fundamental na transformação desse panorama durante os períodos revolucionários da Rússia de 1905, mas

sobretudo de 1917. A organização das mulheres trabalhadoras na luta pelo socialismo foi uma das suas principais contribuições.

Um dos episódios centrais para a recusa da sua herança familiar foi a visita a uma fábrica de têxteis. O sector têxtil na Rússia era maioritariamente dominado pelo trabalho das mulheres, assim como o sector do vestuário e do serviço doméstico. Nesta visita,

Kollontai teve um confronto directo com as condições degradantes de trabalho das mulheres operárias russas: jornadas diárias de trabalho de 12 a 18 horas num local de trabalho poluído que integrava também dormitórios de fábrica.

O sector têxtil foi um dos principais sectores de luta no final do séc XIX na Rússia. Já nas décadas de 1870 e 1880, uma onda de greves tinha forçado o poder czarista a banir legalmente os turnos de trabalho nocturnos para mulheres e crianças. Nas greves económicas de São Petersburgo de 1896, as trabalhadoras deste sector foram das principais intervenientes. A própria Kollontai participou em acções de distribuição de panfletos e de angariação de fundos para esta luta. No ano da primeira Revolução Russa, em 1905, onze mil trabalhadoras do têxtil participaram em algumas das greves mais longas deste período.

O sindicato de trabalhadoras do sector têxtil teve uma ligação próxima com a Associação de Assistência Mútua de Mulheres Trabalhadoras, fundada em 1907 por Alexandra Kollontai com o objectivo de divulgar as ideias do socialismo entre mulheres proletárias e convencê-las da importância da sua participação organizada em sindicatos e no Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) — partido do qual era membro desde 1899.

Kollontai assumiu igualmente um papel na direcção editorial da publicação *Rabotnista*, uma publicação do Partido Bolchevique dedicada à questão das mulheres trabalhadoras, fundada em 1914, a partir da qual foram organizadas várias iniciativas de consciencialização sobre o seu papel histórico. Esta publicação foi um instrumento importante de aproximação das mulheres à liderança revolucionária do Partido Bolchevique no ano de 1917, para a tomada do Estado pelos trabalhadores e camponeses russos.

Enquanto a única mulher membro do Comité Central do Partido Bolchevique, Kollontai avançou com uma luta interna pela organização de campanhas específicas que fossem dirigidas às mulheres traba-

lhadoras e pela criação de um departamento capaz de facilitar o seu recrutamento e integração no partido. Estas propostas partem de um reconhecimento das opressões distintas da mulher, ligadas ao seu papel no seio familiar e no meio doméstico.

Esse reconhecimento é decisivo quando o objectivo é que as mulheres trabalhadoras tenham condições para se unirem, na luta pelos interesses da sua classe, com os homens trabalhadores. O fardo do trabalho doméstico e do cuidado de crianças e de outros familiares idosos ou doentes, recaindo sobretudo sobre a mulher, afecta a sua capacidade de intervir politicamente e a possibilidade de se deslocar regularmente a reuniões e a acções de luta. Alexandra Kollontai identificava, por isso, a necessidade da socialização do trabalho doméstico e do cuidado familiar, apenas garantido através do controlo público e democrático, e do acesso universal e gratuito a cantinas, lavandarias, lares, creches e infantários.

Para além disso, a actividade política das mulheres trabalhadoras depende do combate veemente a décadas de rebaixamento e silenciamento da voz das mulheres. As propostas de Kollontai para a integração das mulheres nos partidos de esquerda constituem as condições de organização em que estas podem adquirir a confiança necessária para avançarem e assumirem activamente as tarefas necessárias para a emancipação real da maioria da população, de todas as camadas exploradas e oprimidas da sociedade.

FEMINISMO DE CLASSE

A revolução de 1905, que garantiu a experiência necessária para a abolição do capitalismo em 1917, abriu espaço para um forte movimento feminista russo, mas ainda dominado por ideias liberais. A posição de muitos dos membros do POSDR era de afastamento relativamente às iniciativas e às organizações feministas burguesas. Mas para Kollontai, os marxistas deveriam participar junto das mulheres trabalhadoras que eram atraídas por esses movimentos,

avançando com as propostas socialistas que realmente respondiam aos seus anseios por direitos democráticos, pelo fim da discriminação e da violência. Ao marcar presença na primeira reunião da União pela Igualdade das Mulheres, em Abril de 1905, defendeu abertamente que nenhum movimento poderia falar simultaneamente para as mulheres de todas as classes.

Quem defende a manutenção do sistema capitalista opõe-se de forma violenta às necessidades e aspirações de libertação da maioria das mulheres. Como evidenciado em inúmeros textos de Kollontai, as lideranças liberais das organizações feministas burguesas nunca defenderão mulheres trabalhadoras e pobres. Para essas, os direitos democráticos são um fim em si mesmo. Para as lideranças socialistas e revolucionárias, a luta por direitos democráticos é um meio para avançar a luta contra a escravidão económica da generalidade da população. E somente a erradicação dessa condição de escravidão das mulheres trabalhadoras possibilita o acesso pleno aos direitos democráticos.

AS MULHERES E O SOCIALISMO

A Revolução Russa de 1917 deu-se num período de guerra mundial, cuja irrupção gerou um fluxo de mulheres para as fábricas, para substituir os homens que se tinham deslocado para as fileiras da guerra. As longas jornadas de trabalho e o fardo do trabalho doméstico e do cuidado dos filhos eram ainda acompanhados de filas demoradas para a aquisição de pão.

“Pão e paz” foi uma das principais reivindicações das mulheres que abandonaram as fábricas — e dos homens que as acompanharam — no dia 8 de Março (segundo o actual calendário) de 1917, após tentativas do regime czarista de suspender as manifestações do Dia da Mulher Trabalhadora. Esse momento abriu caminho para o derrube do sistema capitalista. Após um período de exílio, Kollontai voltou à Rússia como uma das oradoras mais populares do Partido Bol-

chevique, e esteve envolvida na organização e mobilização das mulheres trabalhadoras das lavandarias de Petrogrado — que faziam turnos diários de 14 horas sob condições de trabalho miseráveis.

Com a insurreição de Outubro, foi estabelecido um Estado operário sob controlo democrático dos trabalhadores, através de órgãos denominados de Sovietes (conselhos de trabalhadores). Kollontai é eleita Comissária do Povo para os Assuntos de Bem-Estar Social ainda em Outubro de 1917, no II Congresso dos Sovietes de toda a Rússia, e membro do Comité Executivo do Partido Bolchevique em Dezembro. Anteriormente, tinha sido já eleita membro do Comité Executivo do Soviete de Petrogrado e do Comité Central do Partido Bolchevique.

Alexandra Kollontai esteve imediatamente envolvida no esboço de legislação e de decretos que serviram para melhorar a condição da mulher, no sentido da igualdade cívica, legal e eleitoral. A Revolução Russa permitiu a aprovação do princípio do salário igual por trabalho igual e um conjunto de leis para proteger a mulher nos locais de trabalho, incluindo licenças pagas de maternidade durante 16 semanas; a introdução de uma nova lei do casamento que substituiu o casamento por igreja pelo casamento civil e atribuía um papel activo da mulher na escolha do seu apelido e no processo de divórcio; a legalização do aborto (no ano de 1920).

No ano de 1919, foi fundada uma secção de mulheres do Partido Comunista, desig-

nada Zhenotdel. Kollontai assumiu a sua direcção no ano seguinte, após a morte de Inessa Armand. A tarefa central deste departamento era mobilizar as mulheres na defesa da revolução e contra os avanços das forças da reacção que defendiam o recuo das conquistas das mulheres e trabalhadores já alcançadas sob governo soviético. Essa tarefa esbarrou com inúmeros obstáculos, incluindo os altos níveis de iliteracia na Rússia e fortes influências religiosas conservadoras sobre os valores da maioria da população.

Os membros do departamento Zhenotdel viajavam recorrentemente pelo território russo, construindo secções locais, organizando discussões políticas, informando e educando as mulheres sobre os seus novos direitos e sobre o seu papel na construção do socialismo. Kollontai participou activamente neste processo de transformação da moral e da cultura, necessário para combater o passado de opressão e violência sobre as mulheres e para permitir que as conquistas que se abriram através da transformação das relações económicas e de propriedade na sociedade russa fossem usufruídas no seu máximo potencial de emancipação.

A ACTUALIDADE DO DIA DA MULHER TRABALHADORA

A história do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora é uma história de luta socialista e revolucionária, das mulheres e homens trabalhadores. Desde as marchas de

mulheres dos Estados Unidos da América por salários dignos e direitos de votos nos anos de 1908 e 1909, à greve de mulheres na Rússia em 1917, às manifestações por todo o mundo que levantam todos os anos bandeiras pela libertação económica e social da mulher.

O modo de produção capitalista encontra-se hoje num impasse. O actual panorama de profunda crise económica mundial bloqueia progressos relativos aos direitos e condições de vida da mulher trabalhadora. Por todo o mundo assistimos a recuos relativos à desigualdade salarial e à dependência económica, a casos de violência e assédio, a aumentos dos níveis de desemprego e precariedade, à perda de direitos reprodutivos, às dificuldades de acesso aos cuidados de saúde, às jornadas de trabalho doméstico não-remunerado, à pobreza e à miséria.

O Socialismo Revolucionário solidariza-se com quem sai à rua no Dia Internacional da Mulher Trabalhadora exigindo o fim de qualquer forma de discriminação e opressão da mulher. Reflectindo sobre o exemplo e as lições da Revolução Russa, e reconhecendo as importantes contribuições teóricas e práticas de Alexandra Kollontai, é evidente a necessidade de abolir o actual sistema capitalista — a exploração do homem pelo homem — para abolir igualmente todas as formas de opressão sobre as quais assenta e para construir uma sociedade onde as mulheres sejam realmente livres!



CEM ANOS DAS TESES DE ABRIL

ESTE É O SEGUNDO DE UMA SÉRIE DE ARTIGOS QUE “A CENTELHA” IRÁ PUBLICAR AO LONGO DESTES ANOS SOBRE A REVOLUÇÃO RUSSA

Ysmail X

A Revolução Russa de Fevereiro de 1917, em cinco dias apenas, derrubou o czarismo. As organizações e partidos da burguesia, vendo que o poder caía na rua, reagiram o mais depressa que puderam para nomear um governo em defesa dos seus interesses. Mas os trabalhadores já se organizavam em soviets — conselhos de deputados operários e soldados eleitos a partir das fábricas e regimentos — nas fábricas e bairros em várias cidades do país para atender às suas necessidades imediatas. Criava-se uma situação de dualidade de poder: de um lado a *Duma* (a “assembleia do Estado”) com o seu governo burguês; do outro lado os soviets com o seu governo proletário. As organizações de esquerda de todo o mundo, e não só as russas, viram-se obrigadas a escolher de que lado estavam. Lenin e Trotsky encabeçariam desde o início a posição revolucionária que se expressou com a máxima clareza nas *Teses de Abril* — que hoje, cem anos mais tarde, contêm ainda lições preciosas para todos aqueles que lutam pelo socialismo.

O REGRESSO DE LENIN E TROTSKY

Quando estalou a Revolução decorria a Primeira Guerra Mundial e Lenin encontrava-se exilado em Zurique. O partido bolchevique na Rússia, clandestino, dependia de outros dirigentes para o seu funcionamento quotidiano. Este é um facto da maior importância e que esteve na base do primeiro combate que Lenin travou ao regressar: o combate contra a ala direita do seu próprio partido.

A Revolução dividira a esquerda em dois campos muito desiguais. O primeiro campo, esmagadoramente maioritário, era encabeçado pelas direcções pequeno-burguesas

do Partido Menchevique¹ e do Partido Socialista-Revolucionário². Este campo apoiava o governo provisório instaurado após a queda do czar, que detinha de facto todos os órgãos do Estado, todo o aparelho de repressão. Tinha como Primeiro Ministro um príncipe, Georgy Lvov, e como ministros vários latifundiários e capitalistas industriais, tanto liberais como monárquicos, ao mesmo tempo que incluía membros dos partidos “socialistas moderados” como Kerensky, do Partido Socialista-Revolucionário, ou Tsereteli, um menchevique. Todos estes cavalheiros foram empurrados para o governo pela Revolução de Fevereiro.

O segundo campo era encabeçado por Lenin e Trotsky, e compreendia os operários mais conscientes espalhados por várias

trabalhadora o poder para controlar directamente o destino do país com os seus órgãos de poder, os soviets.

Mesmo antes de fazer a viagem no “comboio selado” que o transportaria até Petrogrado através da Alemanha, Lenin deixa as suas posições claras nas chamadas “Cartas de Longe”:

«*Quem diz que os operários devem apoiar o governo no interesse da luta contra a reacção do czarismo (...) é um traidor à causa do proletariado, à causa da paz e da liberdade. Pois, de facto, precisamente este novo governo já está atado de pés e mãos pelo capital imperialista, pela política imperialista de guerra e de rapina, já iniciou os conluíus (sem consultar o povo!) com a dinastia, já trabalha na restauração da monarquia (...)*»

Trotsky, que não se juntara aos bolcheviques e estava igualmente exilado em Nova Iorque aquando da Revolução de Fevereiro

“O que esta teoria procurou resolver foi o problema que os dirigentes bolcheviques, incluindo Lenin até 1917, evadiram: o carácter da revolução possível na Rússia do início do séc. XX.

organizações operárias, além de uma boa parte do Partido Bolchevique. Este segundo campo opunha-se a qualquer apoio ao governo provisório e reclamava para a classe

¹ Os mencheviques eram uma organização com centenas de milhares de militantes operários mas com uma direcção da pequena-burguesia urbana e, por isso, as suas posições eram oportunistas, reflectindo essencialmente os interesses dessa cúpula.

² O Partido Socialista Revolucionário era a maior organização de esquerda da Rússia, com vastas bases camponesas, ou seja, com uma composição de classe heterogénea — compreendia pequenos proprietários, trabalhadores assalariados, rendeiros e arrendatários de terra. Note-se que este partido não tem qualquer relação política ou histórica com o Socialismo Revolucionário — secção portuguesa do Comité por uma Internacional dos Trabalhadores.

ro, escreveu vários artigos fazendo eco de Lenin contra as ideias mencheviques que se manifestavam mesmo entre os quadros dirigentes da organização bolchevique. O jornal *Pravda* (A Verdade), que era a publicação do partido, dirigida até à chegada de Lenin por Joseph Stalin e Lev Kamenev, imediatamente após a Revolução de Fevereiro apoiava o governo provisório!

A REVOLUÇÃO PERMANENTE

O primeiro discurso de Lenin após a sua chegada foi a leitura das *Teses de Abril*. Nas teses Lenin adoptou a posição de Trotsky em relação à questão central a ser discutida



no momento: a do carácter da revolução.

A experiência revolucionária de 1905, onde os soviets foram pela primeira vez criados, demonstrara o caminho a seguir. Trotsky, que com apenas 26 anos de idade foi o líder do Soviete de São Petersburgo — assim se chamava Petrogrado antes de 1914 — durante a Revolução de 1905, compreendera esse caminho perfeitamente. Foi após a derrota de 1905 que a sua Teoria da Revolução Permanente foi exposta na obra *Balanço e Perspectivas*.

O que esta teoria procurou resolver foi o problema que os dirigentes bolcheviques, incluindo Lenin até 1917, evadiram: o carácter da revolução possível na Rússia do início do séc. XX.

Como Trotsky explicou, para os mencheviques a questão era reduzida a “cruas analogias históricas”; ao invés de analisar as contradições reais do capitalismo na Rússia, os mencheviques limitavam-se a notar que os países mais desenvolvidos passaram por revoluções democráticas burguesas e que a Rússia ainda não o fizera. Daqui extraíam a conclusão de que a revolução na Rússia seria exactamente como julgavam ter sido as revoluções dos países da Europa Ocidental, *i.e.*, dirigidas pela burguesia. Assim explicavam o seu apoio ao governo provisório.

Já para os bolcheviques antes de 1917, se a revolução que se impunha não deixava de ser burguesa ou liberal no seu carácter, era

no entanto necessário compreender quais eram as classes em luta no país, que interesses tinham e com que forças contava cada uma delas. Acima de tudo, colocava-se a pergunta: qual é a classe capaz de executar a revolução que abolirá a monarquia e os privilégios aristocráticos, conquistando direitos democráticos?

A Rússia não era simplesmente um país “atrasado” que repetiria a história dos países desenvolvidos, como imaginavam os mencheviques. A Rússia era um país integrado no capitalismo como sistema global e, por isso, apesar de elementos feudais, tinha também elementos de um país capitalista desenvolvido. O mais importante desses elementos era a existência de fábricas modernas e com gigantescas concentrações de operários, resultado da fixação de capital industrial alemão, francês e britânico no país.

A resposta de Lenin, perante uma análise desta situação, era clara. Só os operários em aliança com o campesinato pobre podiam conquistar e manter estes direitos. Era inaceitável qualquer ilusão em relação à burguesia! Esta classe estava interessada em duas coisas: vencer a guerra para conseguir novos mercados através de anexações e reformar o Estado no sentido de o modernizar, reduzindo o poder da monarquia e da aristocracia, aumentando a ordem, o controlo, a organização na contabilidade e nas finanças.

Mas a posição dos partidos burgueses em relação à Revolução tinha sido declarada na *Duma* imperial meses antes por Miliukov, homem que era agora ministro: “Se uma revolução é necessária para a nossa vitória, prefiro não obter qualquer vitória”. Os capitalistas, instintivamente, sempre temeram a acção dos trabalhadores acima de qualquer outra coisa.

Ora, como poderia o proletariado conquistar direitos democráticos contra a burguesia e ficar-se por isso? Era necessário pôr fim à guerra, dar terra aos camponeses pobres e pão aos trabalhadores famintos! Mas os ministros burgueses recusavam-se a assinar a paz, recusavam-se a violar a sacra propriedade privada dos latifundiários e pretendiam alimentar os famintos com discursos.

Lenin e Trotsky responderam: o proletariado devia tomar o poder, a revolução burguesa estava terminada e era chegada a hora da revolução socialista!

O proletariado, conquistando os direitos democráticos, só seria capaz de os preservar indo muito além deles, socializando as fábricas, iniciando a reforma agrária, tomando o controlo da produção, destruindo o Estado das classes dominantes. Se confiasse o poder a um governo de capitalistas e latifundiários, a guerra, a fome e a repressão continuariam, e para a burguesia russa, dependente das burguesias imperialistas, elevar as condições de vida dos trabalhadores seria com-

eter suicídio.

A orientação das *Teses de Abril* foi cristalina: “Nenhum apoio ao governo provisório!”

A PRIMEIRA FRENTE UNIDA CONTRA A PRIMEIRA FRENTE POPULAR

O governo, que se chamava a si próprio “provisório” mas se estendia sem convocar a assembleia constituinte, entregava-se a todo o tipo de contorções políticas para se apresentar como guardião da revolução. Defendia a própria guerra com o “defensismo revolucionário” — a teoria de que a participação da Rússia no massacre imperialista era a defesa da Revolução de Fevereiro. Às exigências dos operários, camponeses pobres e soldados, este governo respondia com o espantinho da reacção czarista.

Os ministros Kerenski e Tsereteli, gozando de grande popularidade, faziam parte do Comité Executivo do Soviete de Petrogrado e manobravam entre os trabalhadores e os burgueses com o mesmo espantinho — justificavam a aliança com os ministros capitalistas e latifundiários para prevenir a restauração da monarquia. Defendiam uma frente popular — a unidade entre as organizações de trabalhadores e de patrões contra um fictício “inimigo comum” — e discursavam interminavelmente dizendo aos trabalhadores que deviam contentar-se com o pouco que conquistaram porque, se exigissem mais (por exemplo, o fim da guerra), perderiam tudo!

Derrotando estas ideias dentro do seu próprio partido, Lenin juntava-se a Trotsky para combater o menchevismo no soviets mais importante da Revolução, o de Petrogrado. Mas como deveriam os revolucionários proceder?

O soviets não era apenas dirigido por figuras do Partido Menchevique e do Partido Socialista-Revolucionário, era também composto na sua grande maioria por membros desses partidos — os bolcheviques eram uma minúscula minoria. Foi nestas circunstâncias que se desenvolveu a tática que receberia anos mais tarde o nome de “frente unida”.

A tarefa que se impunha era a de expor o carácter não só do governo burguês como

também das direcções dos partidos “socialistas moderados”. Repetindo a expressão de Lenin, trava-se de “explicar de modo paciente, sistemático, tenaz” às massas como o único governo revolucionário era o dos soviets. Para isto, impunha-se a tarefa de integrar os soviets ainda dirigidos pelos oportunistas pequeno-burgueses, formar uma frente unida — *i.e.*, colocar as bases do Partido Bolchevique em contacto com as bases operárias e camponesas dos partidos de direcção oportunista no processo da luta pela organização dos comités de trabalhadores e soviets. Nesse contacto, a agitação pela paz e pela reforma agrária, com as palavras de ordem mais indicadas a cada momento, seria a forma de provocar as contradições entre, por um lado, a linha conciliatória dos oportunistas e, por outro lado, os interesses e as necessidades dos trabalhadores e dos camponeses pobres.

Assim avançaria a consciência das massas até se dissipar a confusão entre os soviets e a *duma*.

A tática provou-se correcta. Em Outubro, os bolcheviques, com Lenin e Trotsky dirigindo o partido, eram já a maioria não só no Soviete de Petrogrado como em muitos outros pelo país, gozando de influência mesmo entre o campesinato. A orientação de “Nenhum apoio ao governo provisório!” revelou-se nada menos do que o prelúdio da palavra de ordem revolucionária: “Todo o poder aos soviets!”

AS TESES DE ABRIL HOJE

Não vivemos uma situação revolucionária no Portugal de 2017. Temos, no entanto, lições a extrair da experiência histórica da Revolução de Fevereiro de 1917.

O governo do PS, dirigido por António Costa, agita o espantinho da reacção como o governo provisório o agitava. Diz-se aos trabalhadores, tal como se dizia na Rússia revolucionária, que se exigirem demasiado deitarão tudo a perder. Mente-se!

Não negamos que em ambos os casos o perigo do retorno de um governo mais reacçãoário e conservador é real. Na Rússia de 1917, as forças do general Kornilov tentaram um golpe de Estado para restaurar a monarquia. Hoje, em Portugal, PSD e CDS

podem voltar a ser governo e aplicar medidas ainda mais duras de austeridade. Mas tal como a melhor forma de evitar o regresso do czar não era dissolver os soviets, a melhor forma de evitar o regresso da coligação PSD-CDS não é parar toda a luta e apoiar incondicionalmente o governo PS que prepara o regresso da direita conservadora.

A solução para o impasse actual não pode ser outra senão forçar o PS a responder às necessidades dos trabalhadores — a um aumento real do salário mínimo, à gratuitidade da educação, saúde e transportes — ou então forçá-lo a rejeitar estas medidas abertamente e, assim, a expor a sua natureza.

Mas acima de tudo, a tática exposta por Lenin nas *Teses de Abril* mostra-nos como combater as direcções pequeno-burguesas e oportunistas, os tseretelis e os kerenskis dos nossos dias, que dirigem as organizações dos trabalhadores mas que relegam as necessidades dos trabalhadores para segundo plano e procuram acordos com os patrões.

Uma frente unida — a tática que se estreou na Revolução Russa e foi aprimorada por Lenin e Trotsky nos anos seguintes —, permite criar o espaço onde as bases de todas as organizações de trabalhadores possam lutar ombro-a-ombro contra os patrões e discutir o programa político. Em todas as lutas, nos sindicatos, nos comités de trabalhadores, nos bairros, nas escolas e nas faculdades, é preciso construir esta frente. Se tal frente, compreendendo o PCP, o BE, a CGTP, sindicatos independentes e todos os movimentos sociais fosse formada sob um programa 100% anti-austeridade e se mobilizasse massivamente para exigir o cumprimento desse programa ao actual governo PS, Costa teria de ceder ou ver o seu executivo ser substituído por um governo verdadeiramente de esquerda!

Mas se permitirmos que as direcções da esquerda se limitem a discussões parlamentares e acordos de gabinete com ministros burgueses, as mais brutais medidas de austeridade serão aplicadas a mando da União Europeia assim que Costa receber instruções para tal. Porque tal como o governo provisório da Rússia em 1917, este governo “está atado de pés e mãos pelo capital imperialista.”

A Centelha

REVISTA DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO - CIT EM PORTUGAL

N.8 MAR / ABR '17 preço 1.00 Solidariedade 2.00

Estudantes confrontam o Reitor da UC, foto de Guilhotina.info



LUTA ANTI-FUNDAÇÃO NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

António Pinto

A concentração de 20 de Fevereiro, que marcou o final da “Semana de Luta Anti-Fundação”, organizada pelo Conselho de Repúblicas (CR), reuniu cerca de 150 estudantes, que se mobilizaram para a ocupação da Reitoria da Universidade de Coimbra (UC), reivindicando a presença do Reitor. Os estudantes procuraram esclarecer a falta de transparência, tanto nos processos internos de decisão, como na motivação do Regime Fundacional (RF). Contudo, foram abordados de forma condescendente. Não obtiveram mais do que sugestões para procurarem eles mesmos as informações nos meios digitais. Dois dias depois, a comunidade universitária foi notificada por um e-mail do Reitor, que responsabilizava o CR pela escrita num dos quadros da Reitoria. De forma oportunista, o Reitor para além de condenar e criminalizar o movimento por um ato isolado, apresenta-se

como defensor da “escola pública” quando foi o mesmo quem pôs em causa o caráter público da instituição ao apresentar, em Conselho Geral, a discussão da passagem da UC ao RF.

Apesar da tentativa oportunista de deslegitimar o movimento, este mantém a sua força, organizando-se em assembleias semanais e intitulando-se ‘Plataforma Anti-Fundação’. Planeia-se uma nova mobilização para 19 de Março às 11h na Faculdade de Economia, onde decorrerá uma palestra com Alberto Martins, antigo líder da AAC na Crise Académica de 1969 que, enquanto chefe da bancada do PS no parlamento, em 2007, elaborou o RJES, regime neoliberal que possibilita a passagem a Fundação.

Urge alargar o movimento estudantil a camadas despolitizadas, à participação de partidos, sindicatos e movimentos, bem como organizar democraticamente os estudantes a nível nacional, com um programa claro e objetivos concretos,

à imagem do “Sindicato de Estudantes” no Estado espanhol, pelo seu sucesso na articulação a nível local e nacional na mobilização de greves gerais.

Exigimos um aumento significativo do orçamento para educação. Mesmo aceitando as imposições da União Europeia (UE), um défice de 2.1% significa que ficaram 0.9 pontos percentuais por atribuir à educação, à saúde e ao emprego quando centenas de milhões de euros são canalizados para o pagamento da dívida.

A comunidade universitária, em particular estudantes de classe trabalhadora, deve unir-se na luta contra a privatização do conhecimento, contra a transformação do estudante em mercadoria, da investigação em investimento e do ensino em negócio. Não nos podemos mostrar indiferentes perante esta ofensiva à mais antiga e histórica Instituição de Ensino Superior em Portugal.